



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

JULIANA ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO

A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À LUZ DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ

**BRASÍLIA – DF
2020**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

JULIANA ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO

A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À LUZ DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica
apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e
Pesquisa.

Orientação: Prof. Raphael Spode

**BRASÍLIA – DF
2020**

RESUMO

O presente projeto de pesquisa pretende analisar a integração da América Latina a partir das obras Ariel, Motivos de proteo e El mirador de prospero, de José Enrique Rodó. O autor¹ (1872-1917), notável intelectual, político e periodista uruguaio, teve sua obra marcada pela defesa da cultura hispânica dos povos iberoamericanos e pelo antagonismo e a crítica ao utilitarismo e imperialismo da cultura norteamericana. As linhas de seu discurso são bem representadas nas obras Ariel (1900), Motivos de proteo (1909) e El mirador de prospero (1913), as quais identificam a existência de uma estrutura psicocultural comum aos povos latinoamericanos e oferecem uma visão particular sobre a integração dos Estados da América Latina.

A produção intelectual de Rodó corresponde a um período marcante para toda uma geração de intelectuais iberoamericanos, sobretudo, diante da guerra de independência cubana e do início das intervenções norteamericanas na região. Os conflitos e, em particular, o aumento do peso político internacional dos Estados Unidos da América, nas primeiras décadas do século XX, estimulou uma intensa produção de ensaios sobre as relações entre as “duas Américas” e seus respectivos processos de evolução histórica e cultural. Em alguma medida, os intelectuais reagiram veementemente ao modelo intervencionista e hegemônico norteamericano e ao temor de que este modelo se tornasse uma estrutura sociocultural dominante. Os ensaios de Rodó se inserem justamente neste movimento que avalia e investiga, no início do século XX, a existência e a formação de uma identidade

supranacional comum aos países da América Latina para sugeri-la como algo diferente e inteiramente oposto ao modelo anglo-saxão. Neste aspecto, os textos de Rodó sugerem algo bastante peculiar, ou seja, de que haveria um modo de defender-se do imperialismo e da Realpolitik americana e européia pela integração dos Estados latinoamericanos em torno dos seus valores comuns.

Na investigação, será empregado o método indutivo, e a técnica de pesquisa utilizada será a documentação indireta.

Palavras-chaves: Regionalismo; Construtivismo; América Latina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	6
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
4. MÉTODO.	12
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
6. CONCLUSÃO	17
7. REFERÊNCIAS.	18

1. INTRODUÇÃO

No final do século XIX e começo do século XX, surge um movimento literário para descrever a identidade comum dos países e povos localizados ao sul da América. Isso ocorre porque os intelectuais passam a se preocupar com o processo de construção das identidades nacionais dos países sulistas, de modo que os diferenciassse dos países do norte. Portanto, essa literatura esteve associada à necessidade de contrastar os povos americanos com o passado de colônia europeia e, a partir do início do século XX, de contrapô-los a emergente identidade norte-americana.

Um exemplo histórico deste movimento intelectual “integracionista” é o aparecimento do conceito bolivariano de América Latina contido na Carta da Jamaica (1815). Nela, a América Latina precisa, para existir e afirmar-se, de um amplo esforço de agremiação já que tem uma só origem e uma só religião, devendo, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados. A ideia que tal documento apresenta é que somente rompendo com as origens coloniais - sejam elas os laços políticos efetivados nas independências ou os laços culturais que estão na base da própria ideia de identidade - seria possível à América Espanhola distinguir-se da Espanha (BERTRAND, 1951, p. 110). Neste conceito bolivariano, o latino-americano surge como um contraponto tanto do índio como do espanhol caracterizando-se por sua unicidade, isto é, trata-se de um tipo étnico que detém tanto a herança nativa quanto a espanhola não sendo inteiramente nativo, nem espanhol, e sendo capaz, então, de caminhar com seus próprios pés, reforçando o caráter da união continental como responsável pela formação do governo livre.

Em particular, o papel tradicionalmente designado - na Europa - às elites intelectuais para a construção desses imaginários coletivos, aqui teve caráter semi-institucional. Devido à fraqueza das instituições políticas e culturais dos países latino-americanos, entre 1850 e 1920, a sobreposição dos setores “intelectual” e “político” era frequente, e assim, o papel de institucionalização dos modos particulares de imaginar a nação era atribuído aos políticos-intelectuais. Esta atípica classe intelectual – em relação aos parâmetros europeus – destacava-se, porém, pela capacidade de manter posição crítica sobre o poder e, desta forma, criar um novo conceito de “etnicidade fictícia” que se contrapõe ao modelo europeu do Estado-Nação como base para a construção identitária (PAMPLONA, v. 32, 2003/2, p. 6). A classe de intelectuais

tradicionais deste movimento compreende nomes como: José Enrique Rodó (Uruguai), Domingos Faustino Sarmiento (Argentina), Francisco García Calderón (Peru), Joaquim Nabuco (Brasil), Manoel Oliveira de Lima (Brasil) e Rui Barbosa (Brasil).

Historicamente, o termo “América Latina” designa inúmeras realidades e sua construção vem legitimar geopolíticas expansionistas europeias. É o que se relata com a extensiva divulgação do termo no ambiente europeu quando da campanha pan-latinista de Napoleão III. Durante o reinado de Luís Bonaparte (Napoleão III), a América Latina é interpretada, na Europa, pelo conceito do “pan-latinismo ideal” com base nas ideias de Chevalier e Tisserand sobre a América Latina, mas adequada às pretensões imperialistas francesas. Todavia, a atividade intelectual latino-americana consolidou, entre os séculos XIX e XX, duas linhas opostas de construção de imaginário, ambas consolidadas sobre a distinção do “outro” norte-americano e europeu. Há entre elas, cabe mencionar, convergência quanto à sentida necessidade de criar uma nova classe política que viesse a combater o caudilhismo típico daquele período. Uma linha é bem ilustrada pelo pensamento de Oliveira de Lima que assume posição acrítica frente ao modelo sócio-político institucional norte-americano, em parte, saxão e protestante. A outra, ilustrada pelas obras de José Enrique Rodó é, definitivamente, crítica e adversa ao modelo identitário do “vizinho do Norte” e coincide ainda com a tradicional busca de um mito para explicar e entender os dilemas das populações do sul-americano, onde prevalece a imagem das civilizações incaicas antigas e o mito da raça cósmica. Ditas perspectivas correspondem, também, às referências de “modelo de barbáries” e “modelo de civilização” presente na reflexão de Sarmiento a respeito do “imaginário ideal” para a América Latina, onde o modelo “bárbaro” alude ao hispânico e o “civilizado” alude ao estadunidense (SARMIENTO, 2003, p. 51).

De forma sumária, as obras de José Enrique Rodó podem ser compreendidas como parte de um amplo programa intelectual latino-americano. Frente às pretensões expansionistas e os valores materialistas, Rodó aponta para uma necessidade estratégica de a América Latina agremiar-se e desenvolver-se sobre seus próprios valores espirituais: é justamente esse tema que nos leva a desdobramentos regionais mais recentes.

A última década do século XX assistiu ao ressurgimento do regionalismo na política mundial. Antigas organizações foram reanimadas e novos esquemas de integração foram colocados em prática. Em especial na América Latina, o regionalismo e o apelo para o fortalecimento dos mecanismos regionalistas estiveram no centro dos pronunciamentos políticos e dos debates acadêmicos no pós-Guerra Fria. Joseph Nye apontou para o surgimento de duas categorias de regionalismo: 1) organizações microeconômicas que envolvem integração econômica formal, caracterizada pelas instituições formais e 2) organizações políticas macrorregionais, interessadas no controle de conflitos (NYE, 1971, p. 23). No campo econômico, esquemas para a cooperação e integração econômica como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), e a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) demonstra um reavivamento dos esquemas de cooperação formal e permanente. No campo político, a União de Nações Sul Americanas (UNASUL) exemplifica o anseio pela concertação política permanente entre os países da América do Sul (FAWCETT; HURRELL, 1992, p. 250-253).

As teorias contemporâneas das Relações Internacionais respondem bem ao regionalismo e o seu fortalecimento institucional. De acordo com essas teorias, o regionalismo depende, basicamente, do compartilhamento de uma consciência comum e uma identidade regional entre os Estados envolvidos no processo de integração. Neste caso, as teorias afirmam que o regionalismo econômico e político é, não raro, precedido por um regionalismo cognitivo. Isso quer dizer algo fundamental: a coesão e o sucesso da integração regional dependem de um sentido de comunidade baseado em mútua responsabilidade, confiança e elevados níveis de interdependência cognitiva (ANGELL, 2002, p. 43; ONUF, 1989, p. 19).

De acordo com a teoria construtivista, existem duas principais variáveis para o estudo do regionalismo. A primeira diz respeito às características das relações sociais entre os Estados, ou seja, trata-se do estudo das relações entre os Estados em termos das simpatias mútuas, lealdades e identidades compartilhadas (KARL, 1968, p. 102-140). Nesta abordagem, o regionalismo se baseia em princípios compartilhados, normas mantidas coletivamente e entendimentos comuns, mais do que as conveniências econômicas e políticas. Noutra abordagem, o regionalismo emerge de certos valores maiores - como o amor e o respeito pelo capitalismo ou democracia - e com

processos de comunicação social baseado no aumento dos níveis de transação entre dois o mais Estados (BARNETT; ADLER, 1994, p. 8).

O construtivismo apresenta uma contribuição importante para a avaliação crítica sobre o regionalismo e os processos de integração regional. Ao contrário do que acontece com as teorias racionalistas e realistas, as abordagens construtivistas sugerem que é preciso dispensar mais atenção aos processos mediante os quais os interesses e as identidades são criados. Os próprios interesses materiais do processo de integração são, em alguma medida, moldados pela história, por uma cultura e por uma identidade compartilhada entre os Estados. Em vez de se concentrar apenas nos incentivos materiais, os teóricos e teorias construtivistas enfatizam a importância do compartilhamento de conhecimento, valores, estruturas normativas, institucionais e ideacionais. Qualquer processo político e econômico depende de uma avaliação das estruturas intersubjetivas que determinam os interesses, os papéis e orientam o processo de cooperação: "construtivistas se interessam pela construção de identidades e interesses e adotam uma abordagem mais sociológica que econômica à teoria sistêmica. Com base nisso, eles argumentam que os Estados não surgiram como tais nem estrutural nem exogenamente, mas foram construídos por interações historicamente contingentes" (WENDT, 1994, p. 32).

Neste contexto teórico, as obras de Rodó se relacionam intimamente e revelam sua contribuição para o estudo do processo de integração regional da América Latina sob a perspectiva construtivista. Quando são publicadas, gradualmente, as obras conquistam grande influência em todo o continente onde originam ao chamado "arielismo" movimento que expressa uma visão idealista sobre a cultura latino-americana cujas bases seriam um modelo de nobreza e elevação espiritual; modelo que, praticado por uma elite seleta de "guias da sociedade" promoveria unicamente o bem coletivo e favoreceria o surgimento de uma maior unidade entre os povos latino-americanos (RODÓ, 1957, p. VII). Rodó constrói e manipula, através da interpretação ideológica de personagens shakespearianos como Ariel, Calibán e Próspero, uma imagem de valorização da cultura e do pensamento latino-americano daquele período. O conjunto das obras sugere justamente aquilo que as teorias contemporâneas das Relações Internacionais

demonstram: que uma cultura e um pensamento comuns são determinantes no processo de aproximação dos povos.

As obras de Rodó podem ser compreendidas neste contexto da formação de um programa cultural latino-americano. Frente à expansão continental, reafirmada pelo Corolário Roosevelt, e o êxito de seus valores pragmáticos e materialistas, Rodó aponta a necessidade de os países da América Latina se desenvolverem e promoverem suas relações sobre seus próprios valores. Neste sentido, o autor usa o termo “el genio de su raza” proposto, como símbolo, na imagem do personagem Ariel contraposto ao personagem Calibán que simboliza o utilitarismo estadunidense. No tipo-ideal de Ariel, sobressaía-se a importância da espiritualidade e das virtudes latinas, onde a caridade simbolizava a ligação cristã com o passado greco-romano.

Em termos institucionais, o “ariélismo” propunha um sistema democrático que, substituindo o caudilhismo, capacitaria a elite dirigente formando uma cultura superior. A superioridade cultural, segundo Rodó, devia-se à condenação dos valores materiais que conduzem, se exacerbados, à mediocridade - que o autor considerava como problemática sócio-econômico-política da América Latina. Contudo, usando o termo “democracia” não se referia a um êquívoco nível de vida e às questões de nível nacional; referia-se sim à constituição de um ideal-identitário supranacional onde cada ator local seria partícipe da união das fragmentadas nações hispano-americanas. Esta argumentação baseava-se no raciocínio de superar os problemas nacionais através da coesão hemisférica; se uma nação possuía pouca tradição cultural e política, todas juntas representavam uma vasta e profunda tradição de unidade que precedia às identidades locais.

O “ariélismo” contribuiu para a valorização do poder dos ideais e das ideias na construção de um imaginário social diversificado ao imaginário anglo-saxão. Esta base cultural do tipo-ideal latino-americano servira, por sua vez, de motor de transformação e elevação cultural da região ±prática ilustrada pela reforma universitária de Córdoba, em 1918, decorrentes à difusão do “ariélismo”. Contribuiu também ao alargamento do significado dos movimentos nacionalistas, promovido pelos intelectuais ariélistas, como no caso do argentino Manuel Ugarte e do mexicano José Vasconcelos. Sua conotação negativa reside, porém, no mito maniqueísta que contrapõe o mal -

os Estados Unidos - ao bem - a América Latina - esvaziando indevidamente a tradição cultural saxã da América do Norte. A concepção construtivista de regionalismo se aplicada ao contexto da América Latina, enfatiza justamente aquilo que predicava Rodó: uma integração política e cultural a nível regional embasada sobre o “arquetipo típico da América do Sul”. Esse seria a projeção, no imaginário coletivo, das características arquetípicas do sul americano, do individualismo e especificidade típicos do continente: "el varón de esta sociedad (...) es el llanero de Venezuela, el gaucho del Plata (...) hermosísimo tipo de desnuda entereza humana, de heroísmo natural y espontáneo, cuya genialidad bravía estaba destinada a dar una fuerza de acción avasalladora, y de carácter plástico y color, a la epopeya de cuyo seno se alzarían triunfales los destinos de América" (RODÓ, 1971, p. 551-552).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Analisar a integração da América Latina a partir das obras Ariel, Motivos de proteo e El mirador de prospero, de José Enrique Rodó.

2.2. Objetivos específicos

- a) Identificar o significado da integração da América Latina no pensamento de José Enrique Rodó;
- b) Apresentar os valores, as idéias e os conceitos centrais utilizados por José Enrique Rodó na sua descrição da identidade supranacional da América Latina;
- c) Demonstrar a contribuição direta das obras Ariel, Motivos de proteo e El mirador de prospero para o estudo do regionalismo da América Latina e das teoria da integração das Relações Internacionais;
- d) Comentar sobre a atualidade e a relevância do pensamento de José Enrique Rodó para uma compreensão crítica do atual processo de integração da América do Sul;
- e) Iniciar prática da pesquisa científica;
- f) Publicar, em co-autoria (orientador e bolsista), artigo em revista especializada; Apresentar à comunidade acadêmica os resultados da pesquisa, por meio de palestras e comunicações em eventos científicos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. O Pensamento Rodoniano

À primeira vista, pode-se dizer que este otimismo ibero-americano de Rodó surge contraditoriamente em um momento em que a América Latina se tornava cada vez mais instável graças a guerras civis e problemas socioeconômicos subprodutos de seus anos coloniais, enquanto os Estados Unidos eram exaltados por seu crescente potencial na modernidade. Esse sucesso norte-americano era comumente creditado ao seu rompimento com as tradições europeias, a ponto de uma parte da intelectualidade latino-americana, em resposta ao atraso e desordem generalizados, passar a culpar as nações ibéricas colonizadoras e advogar um processo de “deslatinização” para exterminar as influências destas, na esperança de reproduzir o progresso estadunidense.

José Enrique Rodó, por sua vez, receava a influência anglo-saxã e admiração excessiva de seus valores – o utilitarismo, a democracia de massa e o materialismo – pois a Nordomania, assim denominou o desejo de imitação do Norte, levaria à descaracterização da Ibero-América. "A América Latina não deveria ser um povo que deixava para trás sua originalidade, que imitava passivamente os valores que não serviriam para melhorar sua condição, que se apropriaria do espírito utilitário esquecendo os ideais do espírito, adotando-os como regime de uma democracia degenerada" (ARMANI; MACIEL, 2014, p. 147). Para ele, o progresso político-econômico e estabilidade só seriam possíveis através do desenvolvimento espiritual e integração continental, uma conciliação entre a fidelidade ao passado e as forças formativas da América Latina, se aproveitando de uma herança cultural compartilhada e os valores universais da integridade humana (RODÓ, 1991, p.18).

Na concepção rodoniana, o progresso, a ordem e o equilíbrio apenas são alcançados a partir da alta cultura, do saber elaborados e valores elevados, logo, o autor não admite a associação utilitarista do bem-estar universal e a identidade civilizacional à conquista material imediatista sem qualquer tipo de contemplação (SANTOS, 2016, p. 178). A América Latina deveria voltar a instruir-se com o continente europeu, depositário de grande sabedoria e transmissor dos “verdadeiros valores originários”, para atingir sua elevação e concretização de suas aspirações

superiores, ou seja, a evolução racional e orgânica que Rodó defende em contraposição a “[rupturas que poderiam] trazer a ideia de recomeço [e] quebrar valores já acumulados” (SANTOS, 2015, p. 406).

Essas revoluções que levam ao rompimento de sociedades com seus pontos de partida, não só resultam em futuros imprevisíveis, mas também impedem a formação natural de identidade. Por essa razão, Rodó critica o processo “impaciente” de independência latino-americano, que “instaurou [um sentimento generalizado] de perda de lugar no mundo” (SANTOS, 2015, p. 392) e desorientação, comprometendo a consolidação de uma literatura, uma cultura e um pensamento filosófico no continente. A América Latina começava a se formar a partir de um “nada”, ou pior ainda, da imitação de um sistema artificial e obtuso: o utilitarismo estadunidense.

É importante ressaltar que os Estados Unidos em si e seu povo não são os alvos das críticas de Rodó; em sua obra “Ariel”, o autor expressa sua admiração pelo país por suas realizações grandiosas e impacto significativo na modernidade. Contudo, à vista da tendência individualista e ultra especializada do utilitarismo, o modelo de vida, a cultura que fundamenta essa sociedade é vista como um obstáculo à expansão e aprimoramento do espírito, estagnando a humanidade. Uma vez que condutas utilitaristas visam o curto-prazo, determinadas pelos fins imediatos do interesse próprio, elas são opostas ao que Rodó conceitua ser uma “vida racional”: a busca pela evolução harmoniosa e livre da natureza humana (RODÓ, 1991). Logo, pode-se dizer que o criticismo rodoniano é relacionado ao desperdício norte-americano de seu imenso potencial como sociedade.

Rodó não deixa de reconhecer os benefícios do conforto material na promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento do espírito (RODÓ, 1991), por isso reclama que essa sociedade, mesmo que rodeada pelos refinamentos da vida civilizada, ainda mantém um certo primitivismo robusto. Apesar de sua criatividade e entusiasmo ardente, vocação para a ação e iluminação, a vida norte-americana não passa de ciclo vicioso em que a busca pelo bem-estar não tem um objetivo além de si própria. Diz que a prosperidade norte-americana é tão grande quanto sua incapacidade de satisfazer a si mesmos; portanto, seus espíritos são aprisionados e vivem apenas

pela sua realidade imediata, seu presente. Todas suas atividades são subordinadas ao egoísmo do bem-estar próprio e supervalorização material. (RODÓ, 1991)

Desse modo, o autor se vê incapaz de sentir algo pelo país além de admiração pelos seus sucessos pontuados; não os ama como civilização uma vez que “nunca viram a atividade divina que tão enfaticamente professam de outra forma além de um novo modo de satisfazer sua inquietação penetrante e um troféu para sua vaidade” (RODÓ, 1991, p. 79). Eles ignoram tudo o que é altruísta, seletivo e de bom gosto, aspectos necessários para o desenvolvimento do espírito, por isso não deseja que a América Latina siga seu exemplo “inculto”. Afinal:

“Grandes civilizações, grandes nações... são aquelas que, quando seu tempo passa, deixam a harmonia de seu espírito vibrando pela eternidade e marcam sua herança sobre posteridade. ... A grandiosidade quantitativa de uma nação, assim como a grandeza material de seus instrumentos, suas armas, moradias, são apenas os arredores da identidade de uma civilização, não os efeitos em que perdura essa civilização.” (RODÓ, 1991, p. 91-92)

Para Rodó, civilizações apenas adquirem caráter a partir da grandeza de pensamento e de sentimentos daqueles que a compõe. Assim, os Estados Unidos ainda deveriam aprender o “gospel do relaxamento”, que prega o uso do tempo para propósitos altruístas e sem fins imediatos de conveniência, para que pudessem sair do estágio preliminar da formação de sua cultura. Porém, esta tarefa não se demonstraria fácil, uma vez que no ambiente da democracia americana, o espírito da vulgaridade não encontra barreiras. “O processo de nivelamento burguês [que vivem], cada vez mais rápido na sua própria devastação, tende a apagar o pouco caráter que resta d[o] intelectualismo precário [estadunidense]” (RODÓ, 1991, p. 78-79).

Rodó adere o pensamento de autores como Renan e Bourget que enfatiza a tendência das instituições e sociedades democráticas de se progressivamente se moldarem a partir do bem-estar material disfarçado de “bem maior para a maioria”, graças ao crescimento do individualismo medíocre e o declínio da alta cultura. Isto ocorre pois a democracia, na sua forma mais pura, não distingue e não garante a inviolabilidade dos aspectos referentes a qualidade; é um sistema que

nivela a humanidade pelos parâmetros mais baixos e mais numerosos. Dessa forma a noção de democracia rodoniana “se alinha intrinsecamente à de um utilitarismo infrene e desmedido” (SILVA, 2013, p. 160); ambos são responsáveis pela normalização da mediocridade:

“Um governo de mediocridade desencoraja a emulação que exalta caráter e inteligência e relaciona essas qualidades à eficácia do poder. A democracia, que consistentemente resiste ao regulador de uma noção nobre e instrutiva de excelência humana, sempre tende a uma servidão abominável aos números que subvaloriza os maiores benefícios morais da liberdade e que anula o respeito pela dignidade dos outros” (RODÓ, 1991, p. 84).

De acordo com o autor, a base de todo progresso depende da seleção e dominância dos mais altamente dotados, porém a democracia exclui as relações de dependência e subordinação entre os componentes individuais da sociedade e dentro dos próprios indivíduos. Ele defende o que chama de “desigualdades legítimas” baseadas em uma hierarquia de natureza intelectual e moral da sociedade, e argumenta que essa hierarquia é essencial para a aplicação da lei universal do aperfeiçoamento de sociedades, pois normas sociais são apenas elevadas quando modelos exemplares de superioridade são prevalentes. Ao instituir a igualdade universal, a democracia inevitavelmente sanciona a ignóbil supremacia dos números, conjuntura em qual os princípios mais elevados nem sempre podem triunfar. RODÓ, 1991).

Contudo, tais falhas não levam Rodó a resistir ao espírito democrático. Pelo o contrário, o autor reconhece que esforços para sua abolição são completamente fúteis pois, assim como a ciência, a democracia já é um pilar das civilizações modernas. Por esta razão, ele defende uma democracia racionalmente concebida que inclui o elemento aristocrático do reconhecimento, distinção e favorecimento estatais das qualidades superiores no que se refere à inteligência, a moral e a beleza – as únicas “diferenças naturais”, como já mencionado. Rodó chega a propor toda uma reforma educacional para evitar a degradação da dignidade da vida causado pelo nivelamento por baixo da sociedade. Ele explica que o verdadeiro conceito nobre de igualdade vem da crença de que todos os seres racionais são inerentemente aptos a prosperar em meio a excelência. Logo,

é o dever do Estado providenciar a todos os membros da sociedade as condições necessárias para o desenvolvimento dessas superioridades humanas, para o alcance da perfeição (RODÓ, 1991).

Para Rodó, prezar por essa concepção de igualdade é ter como objetivo maior uma desigualdade que funcione para a vantagem dos melhores e mais aptos pois se promove o constante aperfeiçoamento e elevação da sociedade – cada mente superior é considerada responsável pelos outros. “A perfeição social consiste na harmonia entre as partes desiguais que compõe a sociedade humana e supõe, portanto, que os homens aceitem os ‘papéis desiguais’ que lhe são designados pela natureza e pela sociedade” (RODÓ, 1991). Essas relações hierarquizadas de dependência são vistas como essenciais para o processo de evolução da humanidade. Isso se aplica não só entre os membros de uma sociedade, mas também entre os povos: aqueles considerados mais civilizados, mais elevados espiritualmente, são responsáveis pela transmissão de seus valores aos inferiores; razão por qual o autor atribui grande importância a experiência europeia para a América Latina. Em contrapartida, por mais grandiosos sejam os planos norte-americanos de disseminar os benefícios da educação, “[eles não demonstram] sinais de qualquer determinação em aprimorar a educação seletiva, ou qualquer inclinação em favorecer a excelência a prevalecer sobre a mediocridade geral” (RODÓ, 1991, p. 82).

O autor vê essa tendência individualizada e ultra especializada do utilitarismo norte-americano como uma ameaça imediata ao espírito, e, conseqüentemente, ao futuro do mundo. A educação subordinada a fins utilitários mutila a integridade espiritual e suprime as iniciativas e conhecimento de tudo que é altruísta e ideal. Enquanto a delicada noção de beleza e bom-gosto está alinhada a um comportamento digno e refinado, o julgamento e decisões dos indivíduos são restringidos quando seus espíritos deixam de ser engrandecidos/aperfeiçoados. A especialização limita o horizonte das inteligências individuais e adultera a concepção de mundo alheia, passa a existir uma imensa diversidade de preferências individuais, o que impede o cultivo do sentimento de solidariedade coletivo (RODÓ, 1991). Em função da busca incessante do autor em extrapolar o âmbito do indivíduo para atingir o coletivo, o comportamento racional do ser humano envolve a alocação equilibrada da sua aptidão natural em prol do desenvolvimento total do seu ser – não alguns de seus aspectos por conveniência – e, eventualmente, o bem de todos.

percepção negativa generalizada quanto as capacidades e a eficiência dessas estruturas, seus simbolismos e significâncias mantem-se superficiais.

4. MÉTODO

4.1. O Regionalismo e a Teoria Construtivista

Para os fins da presente pesquisa, a teoria construtivista convencional oferece o embasamento teórico de maior relevância graças à sua ênfase em discursos e práticas que influenciam o sentimento de pertencimento a uma região, níveis de confiança mútua e identidades comuns. O seu foco é observar e entender a maneira em que o mundo material molda e é moldado pelas ações humanas e suas interações, mostrando-se extremamente sensível aos contextos em que eventos estão enquadrados. Entende-se que as interações sociais geram estruturas de significado coletivo, das quais atores adquirem identidades formadoras de interesses; estes que, por fim, se tornam base para as ações.

Para os construtivistas, as estruturas intersubjetivas são mais valiosas que os incentivos materiais por explicarem as mudanças gradativas de interesses e identidades, assim como o surgimento de novas formas de cooperação e das próprias comunidades (Hurrell). Trata-se de uma abordagem mais sociológica ao regionalismo, destacando-a entre as numerosas propostas para a mensuração do nível de integração regional que surgiram ao longo do tempo, caracterizadas em sua maioria por uma perspectiva econômica (Mesquita, 2019, p. 6). O construtivismo se opõe particularmente ao enfoque neoliberal e neofuncional nos elementos materiais para a determinação do desempenho dos processos regionalistas.

Primeiramente, deve-se entender que o conceito de regionalismo pode ser aplicado em âmbitos tanto acima como abaixo do Estado. Hurrell o define como “um processo instável e indeterminado de lógicas múltiplas e concorrentes, sem teleologia dominante ou ponto de chegada único” (Mesquita, 2019, p. 5). Fawcett (2004), por sua vez, aponta especificamente para a criação de uma rede interconectada de estruturas regionais, fruto das interações entre Estados e atores não-estatais, capaz de promover objetivos comuns em uma ou mais temáticas. É um fenômeno amplo que pode ser dividido em cinco subtipos: (1) regionalização, que se refere ao aumento

espontâneo da integração e interação social sem interferência estatal; (2) consciência e identidade regional, que é a construção de símbolos, narrativas e discursos compartilhados em um região; (3) cooperação regional interestatal, estabelecida por arranjos e/ou regimes pelos Estados; (4) integração regional, também entendida como uma subcategoria da anterior por se tratar de decisões estatais voltadas para a eliminação de barreiras entre si; e, por fim, (5) coesão regional, que é a consolidação de uma unidade regional organizada o suficiente para a estruturação de políticas entre os atores regionais que a compõe. (Mesquita, 2019, p.

Contudo, Hurrell indica que as duas variantes essenciais para o estudo do fenômeno são: o caráter das relações intersociais das comunidades e a compatibilidade do surgimento dessas comunidades com os principais valores sociais, como a democracia e o capitalismo. Ambos fatores têm origem no conceito de integração de Deutsch chamado de “comunidades de segurança”, que são comunidades políticas nas quais a expectativa de guerra/conflito e seus preparativos específicos são abolidos, de modo que se intensifica a noção de pertencimento ao grupo, “bem como o processo que leva a maior identificação, calcado principalmente na partilha de valores comuns e no nível de interação entre as sociedades.” (Mesquita, 2019, p. 15)

Adler e Barnett também são inspirados por esse conceito e chegam a refiná-lo teorizando sobre três fases do estabelecimento dessas comunidades. Os autores chegam à conclusão que a construção de identidades e um sistema de governança compartilhados após o processo de aumento da interdependência dos Estados. (Mesquita, 2019, p. 15). Wendt corrobora com essa linha de pensamento ao propor que identidades comuns “podem emergir entre Estados a depender (1) do grau de conflito ou cooperação vigente no contexto internacional, (2) da interdependência entre Estados, (3) da convergência transnacional de valores entre sociedades, (4) e da interação repetida entre as partes.” (Mesquita, 2019, p. 15)

É importante mencionar que, para países em desenvolvimento, o regionalismo também tem características de movimentos de independência, como o terceiro-mundismo, exemplificado pelo movimento não-alinhado e o grupo de 77 – ambos com presença latino-americana. Estes buscam narrativas e identidades comuns desassociadas das grandes potências para uma participação

mais significativa no sistema e fórum internacionais, de modo que as agendas finalmente levassem em conta seus interesses normalmente marginalizados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de unidade regional sempre esteve presente no “saber latino-americano”, porém a maioria dos pensadores não chegou a desenvolver teorias, pois ainda se preocupavam com a perda da independência do continente perante as ameaças externas até o início do século 20.

Carecidos de autoridade, legitimidade e poder de coerção, os países recém-formados se encontravam em uma posição muito frágil no cenário internacional. No sistema anárquico, apenas o reconhecimento mútuo da soberania entre Estados integraliza sua internacionalização e para isso é necessário o desenvolvimento do mínimo de funções estatais e alguma capacidade coletiva de sancionar os atores que possam vir a perturbar a realização dessas funções. Logo, a produção teórica desse período era voltada para o reconhecimento da autonomia latino-americana e o estabelecimento dos novos atores estatais. A ênfase na identidade comum de base cultural da América Latina era, portanto, um esforço político para enfrentar tais ameaças, em lugar de promover a integração regional, propriamente dita. Estabelecia-se, assim, os direitos de todos esses Estados a um tratamento igualitário, afastando-se das antigas imposições restritivas coloniais.

Como um autor de seu tempo, Rodó foca suas análises em temáticas esquecidas na América Latina, como a descoberta e a conquista da vocação pessoal, o aperfeiçoamento da espiritualidade, a concepção de pátria americana projetada para o futuro (Santos, p. 385). “A partir de sua crítica de arte e do seu pensamento filosófico, [ele preconiza a formação da] pátria continental, vasta e uma, e o termo americanismo faria a junção das diversas ideias presentes no Continente, que até então estavam esartejadas, desorientadas” (RODÓ, 1991). Em sua obra Ariel, Rodó estabelece um paralelo entre o processo de formação do personagem de mesmo nome e a América Latina. Da mesma forma que um deve seguir os ensinamentos de Próspero para obter sua autonomia, o outro deve seguir o exemplo da Europa para se tornar “um ser-parasi, para além de um ser-em-si”. (Maciel, p. 146)

Naturalmente, vários outros paralelos podem ser delineados entre essa aspiração rodoniana e o conceito de regionalismo, principalmente sob a perspectiva construtivista. Em primeiro lugar, nota-se a importância da “união de forças” perante problemas comuns. Como mencionado, Rodó, assim como muitos outros naquele período, identifica a fragilidade dos países latino-americanos no cenário internacional, por isso elabora a ideia de indivisibilidade continental na tentativa de criar algo semelhante a “comunidade de segurança” de Deutsch e eliminar ou, pelo menos, diminuir as ameaças externas.

O autor também compreende que a longevidade dessa união seria curta se dependesse apenas nos interesses imediatos dos países, por isso promove uma causa maior e duradoura capaz de se adaptar em harmonia ao dinamismo do tempo: a construção de uma identidade comum. Apesar de não serem inteiramente responsáveis pela integração regional, identidades compartilhadas tem grande impacto na consolidação do regionalismo, pois intensifica o que Hurrell chama de “interdependência cognitiva” – o desenvolvimento do sentimento de pertencimento a uma região/comunidade, confiança mútua e valores e interesses coletivos (Mesquita, 2019). Pode-se também argumentar que a razão pela qual o autor sempre ressalta a busca pelo aprimoramento espiritual é o seu reconhecimento a natureza dinâmica das identidades. Por isso, prega a tomada de um certo controle sobre eventuais mudanças, de modo que elas sejam as melhores possíveis, e conseqüentemente, promovam a evolução espiritual contínua do coletivo.

No entanto, a independência não garantiu a separação teórica entre a América Latina e seus colonizadores. A percepção generalizada do continente como simples extensão do domínio Ocidental levou a sua exclusão de estudos não-ocidentais pelo menos até a metade do século XX (Fawcett, 2012). A América Latina internaliza essa condição de inferioridade, na forma de um sentimento de exclusão do ‘mundo civilizado’, ou de inserção nele sob a condição subalterna (p. 410).

Há quem diga o continente é mais bem caracterizado pela sua participação extra-regional, tipicamente nos circuitos de comércio global como fornecedor de commodities, pois os países latino-americanos nunca foram capazes de desenvolver um nível significativo de solidariedade (Pérez, 2019, 4). A desatenção e divergência generalizada quanto as práticas que promovem

ações coletivas e a construção identidades e narrativas comuns, marca a longa lista de aspirações regionais truncadas (pérez, 2019).

O regionalismo latino-americano se tornou um sistema complexo de iniciativas regionais e sub-regionais baseadas em diferentes modelos e abordagens. Briceño-Ruiz (2018) afirma que, desde a virada do milênio, “o regionalismo latino-americano é marcado por uma dinâmica contraditória, pela coexistência de forças centrífugas e centrípetas que promovem tanto a união quanto a fragmentação regional” (p. 577). Isso se dá pela busca utópica de cada país em implementar sistemas que atendam suas próprias estratégias nacionais de desenvolvimento.

Grande parte da literatura sobre o regionalismo latino-americano é da opinião de que as organizações regionais existentes apresentam um baixo grau de institucionalização e que sua funcionalidade depende das preferências pessoais dos líderes vigentes do continente. Organizações como a CELAC e a UNASUR são criticadas por suas reuniões supostamente simbólicas para a região por paradoxalmente servir de eco para discursos de proteção a soberania nacional, mesmo em desrespeito as normas dos direitos humanos. (perez, 2)

Outro exemplo de organização prejudicada pela desarmonia retórica entre os membros, é o Mercosul. Criado a partir do processo de democratização e término de tensões conflituosas entre o Brasil e a Argentina, hoje ambos países voltar a bater de frente graças seus interesses divergentes no se refere a política comercial externa comum e o desalinhamento ideológico, não só para esforços regionalistas, mas na maioria das temáticas. Apesar de ser visto como o projeto mais ambicioso e mais institucionalizado da América Latina, ele ainda é caracterizado por um baixo grau de integração política, não obtendo os mesmos avanços institucionais que a sua inspiração, a União Europeia; por mais que tente se espelhar o modelo europeu em suas estruturas, normas e até mesmo terminologia. Igualmente ao Parlamento Andino e Parlamento Latino Americano, seu processo de parlamentarizarão não passou do estabelecimento de competências consultivas e diplomáticas.

6. CONCLUSÃO

Em Ariel, Rodó descreve sua visão da América do futuro como:

“1) hospitaleira ao mundo do espírito... 2) pensativa, sem perder sua aptidão para a ação[;] 3) serena e firme , apesar de seus entusiasmos generosos[;] 4) resplandecente, com o charme de um propósito incipiente, calmo, que relembra a expressão na face de uma criança quando o germe de um pensamento incômodo começa a perturbar sua graça cativante.” (1991, p. 94)

Apesar dos vários avanços regionalistas na América Latina, o sonho rodoniano ainda parece estar longe de ser realizado. Pelo contrário, as inúmeras tentativas de integração – insubstanciais, no mínimo – ilustram o medo do autor quanto a prevalência de elementos utilitaristas, como a predileção pela quantidade e conveniência em oposição a qualidade e o bem coletivo. É evidente que o continente não foi capaz de buscar o seu aprimoramento como todo, muito menos de se tornar um ser-para-si como a Europa. As nações latino-americanas apenas se apegaram ao modelo ocidental distorcido que tentam replicar de forma artificial desde suas origens. Para Rodó, essa passividade espiritual é imperdoável pois, inevitavelmente, causa a deterioração da integridade da condição humana.

Fica claro que um dos maiores obstáculos ao regionalismo é a criação de identidades e valores coletivos puros imunes aos egoísmos estatais/individuais, o que não deixa de ser contraditório visto que, para aqueles com fracas capacidades estatais e/ou instituições mal desenvolvidas , o regionalismo serve como ferramenta para a reorganização e redistribuição das funções do Estado. Além de promover a cooperação (econômica, política e de segurança) e o senso de comunidade, o regionalismo é capaz de consolidar o Estado e a sua democratização, visto que normas e valores comuns são estabelecidos, aumenta-se o grau de transparência e prestação de contas de Estados e instituições, e contribui para a atenuação dos efeitos negativos da globalização.

7. REFERÊNCIAS

ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: EdUnB, 2002.

ARMANI, Carlos Henrique; MACIEL, Renata Baldin. A filosofia da história de José Enrique Rodó e os modelos de civilização do mundo ocidental. *Intellèctus*, Santa Maria, v. 13, n. 4, p. 142-156, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5721801>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da tríplice Aliança ao Mercosul*. São Paulo, Revan: 2003.

BARBIERI, Giovanni. Regionalism, globalism and complexity: a stimulus towards global IR?. *Third World Thematics: A TWQ Journal*, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 424-441, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/23802014.2019.1685406?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BARNETT, Michael; ADLER, Emanuel. Pluralistic security communities: past, present and future In: *Working papers series on regional security*, no. 1, University of Wisconsin, 1994. BERTRAND, Lewis. *Selected Writings of Bolivar*. New York, The Colonial Press, 1951.

BRICENO-RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 573-594, Dec. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292018000300573&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2018400300008>.

DIAS, Wagner da Silva. A idéia de América Latina nos livros didáticos de geografia. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/2138-a-ideia-de-america-latina-nos-livros-didaticos-de-geografia>. Acesso em: 14 jul. 2020.

EARLE, Peter G. José Enrique Rodó. *Latin American Writers*. Vol. II. Ed. Solé/Abreu. NY: Charles Scribners Sons, 1989.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. Exploring Regional Domains: A Comparative History of Regionalism. *International Affairs*, [s. l.], v. 80, n. 3, p. 429-446, Maio 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3569018?seq=1&cid=pdf-reference>. Acesso em: 16 set. 2020.

GHICA, Luciana Alexandra. Beyond regional integration?: social constructivism, regional cohesiveness and the regionalism puzzle. *Studia Politica: Romanian Political Science Review*, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 733-752, 2013. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/44784>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KARL, Deutsch. *The analyses of international relations*. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1968.
NYE, Joseph. *Peace in parts: Integration and conflict in regional organizations*. Boston: Little Brown and Co., 1971.

KLEINSCHMIDT, Jochen; GALLEGO PEREZ, Pablo. Differentiation theory and the ontologies of regionalism in Latin America. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 60, n. 1, e017, 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292017000100216&lng=en&nrm=iso. access on 27 Oct. 2020. Epub Oct 23, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-73292017001018>.

MALAMUD, Andrés. Regional integration in Latin America: Comparative theories and institutions. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 44, p. 135-154, enero 2004. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000100008&lng=es&nrm=iso. accedido en 27 oct. 2020.

MARCHAND, Marianne H.; BØÅS, Morten; SHAW, Timothy M. The Political Economy of New Regionalisms. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 20, n. 5, p. 897-910, Out. 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3993602?seq=1>. Acesso em: 13 set. 2020.

MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 157-181, June 1999. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100007&lng=en&nrm=iso. access on 27 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100007>.

MESQUITA, Rafael. Regionalismo, Integração Regional e as Relações Internacionais. *Revista de Estudos Internacionais: Uma Introdução Teórica*, Recife, Pernambuco, v. 10, ed. 1, p. 3-22, 2019. ebook.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (Org). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ONU, Nicolas. *World of our making*. Rules and rule in Social Theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PACHÓN SOTO, D. El Ariel de Rodó: una lectura en torno a su circunstancia histórica, sus fuentes y sus interpretaciones. Cuadernos de Filosofía Latinoamericana, v. 35, n. 110, p. 115-154, 24 abr. 2015.

PAMPLONA, Marcos A. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. Revista Estudos Históricos, v. 32, 2003/2.

RODÓ, José Enrique. *Motivos de proteo*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1957.

_____. Obras completas. Madrid: Aguilar, 1971

_____. Ariel. Campinas: Unicamp, 1991.

SANTOS, Elisângela da Silva. A América Latina indivisível: a influência do positivismo no projeto intelectual de José Enrique Rodó. Sociologias, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 380-414, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000300380&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/15174522-017004021>.

_____. O Projeto Intercontinental de José Enrique Rodó:: Uma Análise de Seu Espanholismo. 39º Encontro Anual da Anpocs: GT19: Intelectuais, cultura e democracia, Caxambu, MG, v. G19, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt19>. Acesso em: 18 set. 2019.

_____. As correspondências entre José Enrique Rodó e Miguel de Unamuno: o reencontro intelectual da Pátria Mãe com a Pátria Filha. Soc. estado., Brasília, v. 31, n. 1, p. 165-188, Apr. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100165&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100009>.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Civilization and barbarism. Califórnia: Califórnia University Press, 2003.

SILVA, Maurício. Utilitarismo em Ariel. Crítica Cultural, [s. l.], v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/1569. Acesso em: 25 maio 2020.

TURATTI, Ricardo Amarante. Os Espelhos da América:: Simbolização Identitária, nos Séculos XIX e XX, Baseada em A tempestada de William Shakespeare. Orientador: Leandro Karnal. 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/135596/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International State. *The American Political Science Review*, 1994.